STJ00104136

Carlos Henrique Abrão

Processo Eletrônico

Processo Digital

5.ª edição
revista, atualizada
e ampliada

gen | atlas

STJ00104136

■ A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

■ Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2017 by
EDITORA ATLAS LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

■ O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

■ Capa: Danilo Oliveira

■ Fechamento desta edição: 08.03.2017

■ DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Abrão, Carlos Henrique

Processo eletrônico: processo digital / Carlos Henrique Abrão. – 5. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2017.

Bibliografia.
ISBN 978-85-97-01171-5

1. Comércio eletrônico 2. Internet (rede de computadores) 3. Processo eletrônico – Leis e legislação I. Título.

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo eletrônico : Leis : Processo civil 347.9:004.738.5 (094)

11-06542
CDU-347.9:004.738.5 (094)

STJ00104136

Sumário

Introdução 1

1 As Inovações do Processo Eletrônico 3

1.1 Revolução cibernética e campo jurídico 3
1.2 Da revolução digital 6
1.3 Criação de sistema funcional padrão 8
1.4 Os preceitos da Lei 11.419/2006 8
1.5 Regras práticas e desenho do seu alcance 10

2 O Litígio Digital 15

2.1 Criação e desenvolvimento do processo eletrônico 15
2.2 Rede e conceito do sistema informatizado 16
2.3 Formação e desenvolvimento do processo 19
2.4 Recebimento da inicial e análise 20
2.5 Petição eletrônica e cadastro 21

3 Dos Atos Processuais Eletrônicos 24

3.1 Sistema, rede e dados eletrônicos 24
3.2 Boletim de Justiça Eletrônico 27
3.3 Intimação e prazos processuais 28
3.4 Contagem do prazo e intimação pessoal 30
3.5 Desenvolvimento processual e etapas 31

STJ00104136

4 O Conteúdo da Ação 36

4.1 Sistema e rede mundial 36
4.2 Armazenamento e meios de prova 39
4.3 Do rito procedimental 41
4.4 Processamento eletrônico e despachos 44

5 Processo Cível, Trabalhista, Criminal e Juizado 50

5.1 Regras do processo cível 50
5.2 Normas do processo trabalhista 57
5.3 Meio eletrônico e processo criminal 60
5.4 Digitalização e Juizado Especial 64
5.5 Vantagens da legislação e riscos 69

6 Perspectivas do Processo Eletrônico 73

6.1 O papel do Conselho Nacional de Justiça 73
6.2 Processo eletrônico, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal 76
6.3 Processo eletrônico e o Supremo Tribunal Federal 81
6.4 Processo eletrônico e as Justiças Estaduais 84
6.5 Processo eletrônico e a Justiça Federal 86

7 A Responsabilidade e o Processo Eletrônico 89

7.1 O papel das partes e a responsabilidade 89
7.2 O serviço judicial e seu funcionamento 91
7.3 A formatação do modelo e sua universalização 93
7.4 O Estado-juiz e o sistema eletrônico 95
7.5 Responsabilidade subjetiva e objetiva 98

8 O Superior Tribunal de Justiça e a Resolução 1/2010 102

8.1 O dinamismo do Superior Tribunal de Justiça 102
8.2 O processo eletrônico e seu modelo 103
8.3 O acesso e o cadastramento na estrutura processual 103
8.4 Requerimentos *on-line* 104
8.5 Petições e arquivos 104

STJ00104136

9 O Supremo Tribunal Federal e a Resolução 427/2010 106

9.1 A disciplina normativa do Supremo Tribunal Federal 106
9.2 Extinção do processo papel 107
9.3 Remessa *on-line* obrigatória 108
9.4 Adaptação dos tribunais e unificação dos procedimentos 108
9.5 Recursos e processos originários 109

10 O Processo Eletrônico no Novo CPC 111

10.1 A reforma do CPC 111
10.2 A unificação do procedimento eletrônico 114
10.3 Informatização do sistema e padronização reguladora 117
10.4 O processo eletrônico digital 120
10.5 Segurança no sistema e cooperação profissional 122
10.6 Processo eletrônico e o novo CPC 129

11 O Futuro do Processo Eletrônico 135

11.1 O papel do CNJ 135
11.2 A normatização do STF 137
11.3 O meio digital na colheita da prova 139
11.4 Compartilhamento probatório processual 140
11.5 Relação entre custo e benefício do investimento e segurança da rede 142

12 O Escritório Digital e o Compartilhamento 145

12.1 A consulta universal 145
12.2 O Direito digital 146
12.3 Acesso ao escritório digital 148
12.4 Compartilhamento de dados 150
12.5 A jurisprudência na formação e fonte do processo eletrônico 151
12.6 Responsabilidades na integração do processo eletrônico 152

Jurisprudência 155

Anexos 169

Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 169

STJ00104136

Resolução nº 185, de 18 de dezembro de 2013 178
Resolução nº 245, de 12 de setembro de 2016 196
Resolução nº 427, de 20 de abril de 2010 197
Resolução nº 574, de 30 de março de 2016 204
Resolução/PRESI 600-26, de 7 de dezembro de 2009 206
Resolução nº 17, de 26 de março de 2010 211
Resolução nº 551/2011 230
Resolução STJ/GP nº 13, de 15 de junho de 2016 236
Resolução STJ/GP nº 17, de 22 de novembro de 2016 272
Emenda Regimental nº 27, de 13 de dezembro de 2016 273
Perfil em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário – 2015/2016 277

Bibliografia 275